ETNOTOPONÍMIA COMPARADA E ANTROPONÍMIA: SISTEMAS DE NOMEAÇÃO E FUNDAMENTOS DO NOME PRÓPRIO

Patricia de J. Carvalhinhos (USP) patricialcar@gmail.com.br

APRESENTAÇÃO

Falar sobre etnotoponímia comparada e antroponímia conjuntamente é retratar, de certo modo, a história dos sistemas de nomeação no mundo antigo e, ainda, mostrar os fundamentos do nome próprio em nossa civilização. É um tema que pode ser abordado sob várias perspectivas porque os próprios autores de onomástica não possuem um consenso no que tange à terminologia, dando margem a interpretações várias.

De objetivo panorâmico, este estudo parte de breve discussão terminológica para, em seguida, explorar os conceitos de etnotoponímia comparada e antroponímia. Vários sistemas de nomeação podem ser sintetizados a partir da cosmogonia bíblica (Stewart, 1954; Dick, 1992) aqui retomada como exemplo, para que reflitamos sobre as relações entre os já mencionados conceitos.

ETNONÍMIA E ETNOTOPONÍMIA

Não se pode definir etnotoponímia e etnotopônimo sem relacionar os termos *etnonímia* e *etnônimo*, termos antropológicos que apresentam relação com os primeiros. Pela acepção geral, *etnonímia* provém do substantivo *etnônimo*, "palavra que designa tribo, casta, etnia, nação" (Aulete, s.d.). Foi a partir deste termo, então, que a Academia de Ciências de Lisboa propôs, em 1940, o termo *etnotoponímia* como taxionomia toponímica: *éthnos* + *topos* + *onoma*, termo utilizado para congregar todos os nomes de lugares cuja acepção semântica fosse *tribo*, *etnia*, *casta*, *nação*.

Em 1980⁹ Dick sistematizou e readaptou as taxionomias (já estabelecidas desde 1940) para a realidade brasileira em sua tese de doutorado, e a etnotoponímia foi uma das taxes mantidas pela autora, que a define como "topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex: *Guarani* (A.H. 10 PE); ilha do *Francês* (RJ); rio *Xavante* (MT); *Árabe* (arroio, RS)." (1992, p. 33)

Anos mais tarde, parece haver uma dilatação no conceito, para a mesma autora:

A necessidade de definir os traços das linguagens faladas ao longo dos períodos históricos, cujos vestígios firmavam-se nos topônimos regionais antigos, gerou a chamada toponímia genética, ou, *como preferimos*, a etnotoponímia geral, de índole contrastiva. (grifo meu)

Pela afirmação da autora "etnotoponímia geral, de índole contrastiva" é o mesmo que toponímia genética. Apesar de trabalhar com a primeira definição para efetivamente trazer exemplos cujo conteúdo semântico possa ser classificado como etnotopônimo, o alargamento do conceito é mais ajustado aos nossos propósitos nesta comunicação, uma vez que optamos por uma perspectiva panorâmica e histórica.

Se, em uma perspectiva sincrônica, consideramos etnotopônimos os nomes de lugares *Tupinambá* (vila, RS); *Tupi Paulista* (A.H., SP); *Guarani das Missões* (A.H., RS); *Caetés* (A.H., PE), para citar apenas alguns, estamos reduzindo a amplitude do conceito ao negar-lhe a acepção original, nem sempre presente nos topônimos resultantes. Há, evidentemente, etnotopônimos relacionados à presença real de grupos de distintas etnias no Brasil, mas optamos por citar a

mentos de natureza física – rios, lagos, praias, costas, montes, morros etc. – são designados

pela sigla A.F., ou seja, acidente físico.

⁹ Mil novecentos e oitenta foi o ano em que a autora propôs a sistematização, em sua tese de doutoramento publicada em 1990 com o título de *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. O tema foi amplamente retomado na publicação *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*, primeira edição de 1988, segunda de 1990 e terceira de 1992, a que usamos em nossas citações.

¹⁰ Baseada na literatura especializada norte-americana e europeia e, ainda mais especificamente, em Edward Sapir, Dick (1990) propõe a sigla A.H. para "acidente antropocultural", ou, ainda, "aglomerado humano", designando o elemento genérico de natureza cultural, não física. Assim, o elemento denominado fruto da intervenção humana na paisagem – uma ponte, rua, estrada, fazenda, cidade, povoado, represa – é designado pela sigla A.H., enquanto os ele-

Europa, manancial etnotoponímico substancioso que nos permite trabalhar na perspectiva comparativista ao resgatar, na literatura de Albert Dauzat, José Leite de Vasconcelos e Joseph Marie Piel, entre outros autores, o processo de formação desses etnotopônimos, realmente vinculados a etnônimos – e, indiscutivelmente, não se pode pensar no sistema toponímico brasileiro sem remeter às nossas raízes europeias, parte importante em sua formação.

Albert Dauzat (1926, 185-186) aponta-nos, de início, a relação entre os etnônimos e a própria origem dos nomes de países. Segundo o autor,

Les noms des nations se sont souvent formés par extension géographique, parallèlement à certaines extensions politiques: la France était à l'origine limitée au domaine des Francs (nous y reviendrons), l'Italie ne désignait qu'une partie do la péninsule, do même que la Suisse a tiré son nom d'un des vingt-deux cantons. — Généralement les noms des États ou des grandes unités géographiques ont été formés d'après les noms des peuples. Dans l'antiquité, nous l'avons dit, c'est le peuple qui est tout, et cette conception s'est conservée très tard chez les nations germaniques. En latin Hispania (Espagne) était la terre des Hispani, comme la Gallia (Gaule) des Galli, la Germania des Germani et l'Italia des Itali. La même idée a été exprimée par composition dans le monde germanique, tandis que les pays romans continuaient les appellations par suffixes (Francia, etc.): England, que nous avons traduit littéralement par Angleterre, est le pays des Angles, Deutschland (Allemagne) celui des Deutschen (Allemands), Danemark la «marche» des Danois; l'appellation topographique est plus rare (Nederland, Pays-Bas), Æslerreich (Autriche, «royaume do l'Est») etc.11

Ou seja, segundo ele os nomes dos países europeus derivaram-se dos nomes dos grupos étnicos que dominavam politicamente

^{11 &}quot;Os nomes das nações frequentemente formaram-se por referência à extensão geográfica, assim como aos domínios políticos: França tem sua origem ligada ao domínio dos Francos, a Itália designava apenas uma parte da península, do mesmo modo que a Suíça tirou o seu nome de um dos vinte e dois cantões. Geralmente, os nomes dos Estados ou das grandes unidades geográficas formaram-se de acordo com os nomes dos povos. Na antiguidade, disse-

mo-lo, o povo que é o todo, e esta concepção conservou-se muito tardiamente nas nações germânicas. Do latim *Hispania* (Espanha) veio a terra do Hispanos, assim como o *Gália* (Gaulle), terra dos gauleses, a *Germânia*, terra dos Germanos e a *Itália*, dos ítalos. No mundo germânico, os nomes formaram-se por composição, enquanto os países românicos formaram as denominações por sufixação (*França*, etc.): *England*, que traduzimos literalmente por *Inglatera*, é o país dos Anglos; *Deutschland* (Alemanha) o dos *Deutschen* (alemães), a *Dinamarca*, o "marco" [ou fronteira, limite) dos *daneses*; já a denominação topográfica é mais rara (*Nederland*, Países Baixos), *Œslerreich* (Áustria, "reino do Este") etc." Tradução livre da autora.

o espaço denominado, assim como da sua própria presença nos territórios – como se percebe, é um modo bastante espontâneo de criar uma denominação por referência e particularização de um determinado espaço. Também é Albert Dauzat, em outro trecho do seu *Les noms de lieux*, quem aponta as mudanças das tendências nominativas para territórios na antiguidade e idade média, havendo uma inversão de valores pela própria inversão ideológica, no que concerne à própria posse da terra:

Dans l'antiquité, on vient de le voir, les nomes de territoires étaient généralement formés par dérivation des noms d'habitants; à partir de l'époque féodale, au contraire, les noms d'habitants sont déduits des nomes de territoires¹². (1926, p. 191)

A contrapartida na península Ibérica (aliás, cuja denominação segue o mesmo processo, se nos recordamos da presença maciça dos iberos na região, no período pré-romano) nos é oferecida por Leite de Vasconcelos, Joseph Marie Piel e outros filólogos estudaram Portugal e Espanha. Vasconcelos (1928) aponta, na obra Antroponímia Portuguesa, um exemplo de topônimo formado a partir de um etnônimo, cuja forma atual é Idanha: "A forma *Igaeditania não existe em textos clássicos, mas deduz-se de Igaeditani, nome étnico (...). Os bispos da Guarda creio que ainda hoje se chamam Egitanienses.".

Conforme veremos a seguir, os relatos cosmogônicos, aqui representados pela Gênese bíblica, apontam a tendência identificada por Dauzat.

SISTEMAS DE NOMEAÇÃO ESPONTÂNEA: O DISCURSO BÍBLICO

Tomando o relato bíblico como uma das muitas cosmogonias existentes, criações de diferentes grupos étnicos, citamos o trabalho de Stewart, de 1958, publicado na revista *Names* e retomado por Dick (1992). O foco do autor era o próprio discurso bíblico e a problemática que se impõe pelo ato de nomear, implícita no título do ar-

^{12 &}quot;Na antiguidade, como se vê, os nomes de territórios se formavam, em geral, por derivação dos nomes de habitantes; a partir da época feudal, ao contrário, os nomes de habitantes se "deduzem" dos nomes dos territórios." Traducão livre da autora.

tigo: And Adam gave names – a consideration of name-lore in antiquity. Dick cita Stewart em um dos primeiros artigos da Coletânea de Estudos (Dick, 1992) para relatar a formação do que ela intitula "arquétipos toponímicos", ou seja, formações descritivas que se repetem na toponímia de várias culturas.

Apesar de retomar aqui o recorte bíblico estudado por Stewart e repensado por Dick, nosso objetivo ao citar a gênese bíblica é outro: exemplificar como a antroponímia se entrelaça com a toponímia e com a etnonímia. Se nos primeiros exemplos mencionados nesta comunicação já fica claro como os topônimos são formados de etnônimos, agora se usa um relato muito antigo a fim de comprovar não apenas a relação da antroponímia com a toponímia, mas também verificar um momento de formação de um sistema de nomeação, no qual ainda não encontramos a formação do nome do território pelo grupo, mas sim por um único possuidor.

Muitas vezes, o toponimista carece de fontes no que concerne à interpretação de topônimos antigos. O relato bíblico, como narrativa histórica, nos traz uma série de topônimos e designativos que permite realizar uma associação entre as afirmações de Dauzat anteriormente mencionadas (na antiguidade, o território recebe o nome do grupo que nele habita; em um período posterior, o grupo leva o nome do território). O primeiro livro, *Gênesis*, apresenta a configuração do espaço na narrativa, assim como alguns arquétipos toponímicos:

(...) saía um rio do Éden para regar o jardim; e dali se dividia e se tornava em quatro braços. O nome do primeiro é *Pisom*; este é o que rodeia toda a *terra de Havilá*, onde há ouro. (...) E o nome do segundo rio é *Giom*; este é o que rodeia toda a *terra de Cuxe*. E o nome do terceiro rio é *Tigre*; este é o que vai para o lado oriental da Assíria; e o quarto rio é o *Eufrates*. (Gên. II, 8-14). (grifos meus)

Pelo desconhecimento da língua, interpretamos todos os nomes grifados como topônimos¹³. O que importa, agora, é a observa-

¹³ Seria ingênuo ignorar o tempo decorrido e as sucessivas traduções do relato bíblico. Não podemos esquecer, contudo, que mesmo na própria língua de origem os designativos empregados para identificar os lugares e rios sofrem, com o passar do tempo, o esvaziamento semântico. Não estamos especulando, também, se no tempo da redação do texto bíblico os nomes estariam ou não vazios; a menção à Bíblia se dá, como já se afirmou, por Stewart.

ção que se tira deste trecho do relato bíblico, corroborante aos critérios identificados por Dauzat¹⁴. O primeiro é a presença dos designativos comuns esvaziados (*pisom*, *gion*, *tigre* e *eufrates*), toponimizados no discurso bíblico. Todos eles, segundo estudiosos da Bíblia, significam "água corrente" ¹⁵. Os dois primeiros desapareceram, mas o Tigre e o Eufrates ali continuam, comprovando-nos o principio detectado por Dauzat de que os cursos d'água, como elementos permanentes da paisagem, tendem a conservar as denominações primitivas e, assim, constituem elementos preciosos na reconstituição de línguas antigas.

O segundo critério apontado por Dauzat presente neste trecho bíblico mostra-nos outro padrão denominativo da antiguidade que persiste até hoje, tendo sofrido algumas modificações ao longo do tempo conforme as línguas: o uso do genitivo, ou de uma perífrase com o nome do possuidor (antropônimo), para indicar a posse da terra. No trecho citado anteriormente, percebemos dois deles: *terra de Cuxe* e *terra de Havilá*. Como são nomes esvaziados, a relação entre terra e possuidor só se evidencia mais adiante, no capítulo décimo da narrativa, quando percebemos que Cuxe e Havilá são descendentes de Noé:

Estas, pois, são as gerações dos filhos de Noé: Sem, Cam e Jafé; e nasceram-lhes filhos depois do dilúvio. (...) E os filhos de Cam são: *Cu-xe*, Mizraim, Pute e Canaã. E os filhos de Cuxe são: Sebá, *Havilá*, Sabtá, Raamá e Sabtecá; e os filhos de Raamá: Sebá e Dedã. E Cuxe gerou a Ninrode; este começou a ser poderoso na terra. (Gên. X, p. 1-8, grifos meus).

¹⁴ Na verdade, Dauzat não os enumera como critérios, mas estes (e mais alguns) são claramente deduzidos ao longo da leitura.

m 15

¹⁵ Citamos apenas um autor que se dedica à localização do Éden, entre muitos outros consultados, para transcrever o trecho em que oferece o significado dos braços dos rios no Jardim: "According to the general ancient oriental fancy, found also in Babylonia, the two Niles were now thought to spring from two vases held by a god of fertility in the underworld, which then arose into the upper world through two fountain grottos, called the qrty or the tphty, both words meaning "fountain", or "grotto". (...) As Weinheimer has seen, the biblical Pišôn and Giĥôn are almost literal translations of the Egyptian words, both being common designations for fountain (two Ghions at Jerusalem, etc.), meaning respectively "leaper", and "spouter". E em nota: "Pišôn comes from pûš, "to leap, and Giĥôn from gûh, "to spout, gush". The words stand for pišôn and giĥôn by vocalic dissimilation, like Heb. tikôn for "tôkôn, hişôn for "huşôn, risôn for "rôsôn, etc." (Albraight, 1922, p. 15-31).

Obviamente, o uso do genitivo sofreu mudanças ao longo do tempo. Na península Ibérica, por exemplo, é comum encontrar nomes de lugares com formação híbrida: o nome do possuidor da terra, muitas vezes procedendo de um dos estratos linguísticos presentes na região (os pré-romanos como o céltico, e os pós-romanos como o germânico e o árabe), conjuga-se a um sufixo latino genitivo indicando a posse da terra, como nestes dois exemplos de topônimos portugueses: *Telhões*, *vila de Telo*, da forma latina *Tellionis*; *Midões*, Vila de Mido, cuja forma latina era *Midonis*; ambos germânicos. Hoje em dia ainda podemos apontar essa simbiose intensa entre antroponímia e toponímia, pois o nome do possuidor ainda é um motivo muito frequente nos levantamentos (cf. Dick, 1999 e Carvalhinhos, 2007).

ETNONÍMIA, ETNOTOPONÍMIA E ANTROPONÍMIA: RELAÇÕES

Uma vez exposto o panorama geral, cabe-nos refletir um pouco sobre as relações entre etnonímia, etnotoponímia e antroponímia na formação do sistema onomástico brasileiro.

Como já foi apontada a relação entre etnonímia e etnotoponímia, apenas gostaríamos de relembrar que do mesmo modo que os etnônimos geram etnotopônimos, assim também ocorre com termos derivados de outras áreas do conhecimento, que gerarão topônimos nas respectivas taxionomias.

Focando nossa atenção no caso em estudo, observamos as seguintes etapas no processo de formação toponímica:

- 1. Relação com o sujeito/grupo real → tapayó¹6 (etnônimo);
- Incorporação ao sistema linguístico de outros grupos em contato como lexia virtual;
 - 3. Aplicação desvinculada do referente inicial.

No primeiro momento de contato interétnico (1) o que o colonizador (ou qualquer outro grupo étnico) assimilava era o *etnônimo*, ou seja, o nome do grupo, etnia ou nação – etnônimo que, muitas ve-

112

¹6 Assim explica Mansur Guérios (1994, p. 310) o nome Tapajós, que aparece como prenome e apelido de família: "sobr. brasileiro, do tupi: tapayó/tabayó: 'proveniente (yó) da aldeia (taba)', com –s pl., do português. É nome de uma nação indígena."

zes, não era mais que uma alcunha ou denominação pejorativa atribuída por outra etnia – neste sentido, o nome era exógeno na maioria das vezes, e não endógeno.

Segundo Untermann (1992, p. 20), há pelo menos três possibilidades para a formação de um etnônimo:

- (1) En el momento en que una agrupación adopta la consciencia de su unidad y de su delimitación frente a otros grupos, es de suponer que La agrupación se denomina a sí misma por un nombre que la hace sentir y proclamar su individualidad inconfundible;
- (2) en el momento en que un grupo tal se da cuenta de la existencia de otras unidades coexistentes en la vecindad, se impone a sí mismo La obligación de dar un nombre a estas agrupaciones vecinas;
- (3) en la interacción progresiva de varias agrupaciones que viven en cualquier tipo de contacto entre sí, no está excluido que un repertorio de nombres gane tanto prestigio que los grupos acepten un nombre de este repertorio sin respeto a la procedencia del mismo: por consecuencia es posible que se denominen a si mismos mediante un etnónimo que haya sido creado por sus vecinos o por otros miembros del continuum étnico al cual pertenecen¹⁷.

Nesta etapa de contato entre dois grupos existe a incorporação dos etnônimos ao sistema linguístico de ambos como lexias virtuais (2), em geral atualizadas somente em relação ao referente inicial. Contudo em uma etapa posterior (3) é possível que haja a aplicação da lexia *desvinculada* do referente inicial, e é neste contexto que há a passagem de etnônimo a etnotopônimo. Observe-se a figura 1:

1992, p. 19-34).

¹⁷ Sobre este tipo de surgimento de etnônimo, o autor considera necessário especular sobre o motivo semântico de criação, inseparável do processo gramatical de sua formação: "(1) El nombre puede mostrar una forma autónoma, no derivada, significando algo como "el pueblo", "los amigos" "la estirpe noble", "los guerreros", o tomando su motivación de algún símbolo mágico o de totem, que pueden ser ciertos animales, árboles u otros fenómenos del ambiente na tural; (2) el nombre puede se derivado de otro nombre propio, es decir, la agrupación recibe la denominación a base de su pertenencia o bien sea a una persona —por ejemplo. el fundador mítico de la familia— o bien sea a un lugar —un río, un paisaje. una ciudad." (Untermann,

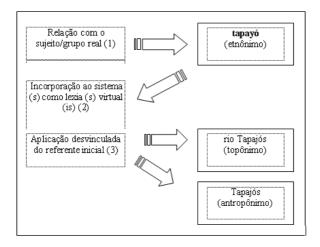


Figura 1. Etapas e relações: etnônimos, antropônimos, etnotopônimos

A terceira e última etapa, exemplificada na figura 1 pelo percurso do etnônimo *tapayó*, mostra-nos a sua aplicação independente de sua função como etnônimo. Pode-se aventar que o rio assim foi denominado pela presença do grupo ao longo do seu curso, ou pelo menos em um ponto específico; não obstante, a apropriação da lexia fica clara quando a aplicação passa ao nível antroponímico, em que há uma evidente desvinculação do etnônimo.

Em termos de estrutura toponímica, observa-se uma formação híbrida (etnônimo indígena acrescido da marca de plural portuguesa –s), tanto no topônimo quanto no antropônimo dele derivado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na conclusão de nossa exposição que parece ficar muito clara a relação que há, e sempre houve, entre etnotoponímia (e, por extensão, etnonímia), toponímia e antroponímia. Em tempos antigos, quando da formação da toponímia ocidental europeia, o mesmo percurso anteriormente descrito pode ser aplicado a vários outros etnônimos que, por sua vez, também passaram a topônimos e antropônimos: citamos, apenas como exemplo, *germano*, etnônimo que gera o topônimo *Germânia* do qual provêm os prenomes Germano/Germa-

114 CADERNOS DO CNLF, Vol. XII, Nº 09

na, assim definidos por Mansur Guérios (1992, p. 169), "da Germânia, natural da Germânia'. Não é de procedência germânica, mas céltica. Referia-se primitivamente a uma das tribos do rio Mosa (...). Provavelmente, quer dizer 'vizinho' (designação dos celtas)" e *coimbrões*, citado por Leite de Vasconcelos (1931, p. 290), etnônimo que gerou entre outros nomes de lugar o topônimo *Coimbra* (que, por sua vez, pode ter gerado outros topônimos) e o respectivo antropônimo.

Seria possível enumerar incontáveis exemplos, mas não é nosso objetivo alongar-nos mais¹⁸. Fica claro, contudo, que uma rua como as paulistanas Rua dos Tupinambás e Alameda dos Tupiniquins¹⁹ pode provir, em primeira instância, de uma homenagem aos grupos étnicos; pode, também, ser denominação proveniente de pessoas homenageadas assim denominadas em vida; mas a desvinculação demonstrada no tópico (3) da figura 1 fica patente quando tomamos conhecimento de que grande parte das ruas paulistanas, assim como pode ocorrer em grandes capitais, provém de um banco de nomes gerado exclusivamente para esse fim²⁰, no qual constam nomes (que se convertem em topônimos) dos mais diversificados campos semânticos, entre eles, os referentes a agrupamentos étnicos.

Portanto, apesar de concordarmos com Dauzat quando afirma que *La toponymie, conjuguée avec l'histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel groupe linguistique a laissé ses traces²¹, propomos que o nome vai além da sua proposta dialetológica e, para ser estudado em todas as suas possibilidades, deve ser encarado em*

115

¹⁸ Note-se que todos os topônimos mencionados anteriormente, no primeiro tópico desta comunicação, exemplificam esta última afirmação.

¹⁹ A primeira rua situa-se na Vila Mariana e a segunda faz parte de uma área toponímica em Moema, cujas alamedas têm nomes de grupos indígenas.

²⁰ A história do Banco de Nomes da cidade de São Paulo pode ser encontrada no site http://www.dicionarioderuas.com.br/bancodenomes.html, programa desenvolvido pela Planmarc em parceria com o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura.

^{21 &}quot;A toponímia, conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos iniciais dos povos, suas migrações, áreas de colonização, e regiões nas quais determinado grupo linguístico deixa suas marcas." (tradução livre da autora)

todas as suas modalidades, especificidades e relações com outros elementos e áreas do conhecimento, seja como lexia, seja como produto de uma enunciação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BIBLIA ON LINE. *Bíblia sagrada*. Disponível em www.bibliaonline.com.br. Acesso: 13. fev. 2008.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. Vocabulário ortográfico da língua portuguesa, 1940.

ALBRAIGHT, W.F. The location of the Garden of Eden, *The American Journal of Semitic Languages and Literatures*, Vol. 39, N° 1, out. 1922, p. 15-31.

AULETE DIGITAL. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Baseado em Caldas Aulete, Francisco J.; Valente, Antonio Lopes dos Santos. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Itda. (Software gratuito) Disponível em<http://www.auletedigital.com.br/auletedigital> Acesso em: 14 fev. 2008.

CARVALHINHOS, P. J.; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio. *Cadernos do CNLF* (CiFEFil), Rio de Janeiro, 2007. Vol. XI, p. 108-121.

CARVALHO, Manuel. Taxinomia toponímica. *Toponímia*: gentes e lugares. Blog disponível em:

http://deaveiroeportugal.blogspot.com/2006/12/taxinomia-toponmica_116714550727073574.html. Acesso em: 10 fev. 2008.

DAUZAT, Albert. Noms de territoires et d'habitants. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926, p. 191-194.

DICK, M.V.P.A. Aspectos de etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana: contrastes e confrontos. *Revista USP*, Nº 56, São Paulo, 2003, p. 180-191.

Círculo Fluminense de	Estudos Filológic	os e Linauísticos

- . Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações*. Linguística e Teoria Literária, Recife, 1999, V. 9, p. 119-148.
- ———. Atlas Toponímico: um Estudo Dialetológico. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: Cifefil, 1998. V. 10, p. 61-69.
- ———. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: 1992.

GUÉRIOS, R. F. M. Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes. 4ª ed. rev. São Paulo: Ave Maria, 1994.

MILL, JOHN STUART. A system of logic, ratiocinative and inductive; being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation. New-York: Harper & brothers, publishers, 1846. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=LVAYAAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=stuart+mill+system#PPR1,M1 Acesso em: 29. set. 2007.

PIEL, J. M. Sobre uma suposta identificação dos topónimos galport. Groba, Grova etc., com o etnónimo pré-romano Grovii. Nº 1 *VERBA. Anuario Galego de Filoloxía*. Editorial Universidade de Santiago, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1974, p. 62-67.

STEWART, G.R. And Adam gave names. *Names*, VI (1), março 1958. **In:** DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 3ª ed. São Paulo: 1992, p. 1-9.

UNTERMANN, Jurgen. Los etnónimos de la Hispania antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica. **In:** *Paleoetnología de la Península Ibérica*: Actas de la Reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense. Madrid, 13-15 dezembro de 1989, Vol. 1, 1992, p. 19-34.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Opúsculos*, v. III Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

——. Antroponímia portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.